



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA  
COLÉGIO DE DIRIGENTES



1 **Ata número 012/2019** do Colégio de Dirigentes – CODIR do Instituto Federal de Educação,  
2 Ciência e Tecnologia Farroupilha/RS. **Décima Reunião Ordinária/2019**. Aos dez dias do  
3 mês de dezembro do ano dois mil e dezenove, às oito horas e trinta minutos, por  
4 videoconferência, reuniram-se para a décima reunião ordinária do ano de dois mil e  
5 dezenove, sob a presidência da Reitora do Instituto Federal de Educação, Ciência e  
6 Tecnologia Farroupilha, Carla Comerlato Jardim, os Pró-Reitores: Pró-reitora de  
7 Desenvolvimento Institucional, Nídia Heringer; Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e  
8 Inovação, Arthur Frantz; Pró-Reitor de Ensino, Édison Brito; Pró-Reitora de Extensão,  
9 Raquel Lunardi; Pró-Reitor de Administração, Vanderlei José Pettenon; Diretores Gerais dos  
10 *campi*: Alessandro Bazzan, *Campus* Panambi; Verlaine Gerlach, *Campus* Santo Augusto;  
11 Renata Rotta, *Campus* Santa Rosa; Rodrigo Carlotto, *Campus* Júlio de Castilhos; Deivid  
12 Dutra de Oliveira, *Campus* São Vicente do Sul; Carla Zappe, *Campus* São Borja; Carlos  
13 Socal, *Campus* Jaguari; Rosane Rodrigues Pagno, *Campus* Santo Ângelo. Ainda, a Diretora  
14 Substituta do *Campus* Frederico Westphalen, Lisandra Pinto Della Flora; e representando o  
15 *Campus* Alegrete, Maurício Brasil Gomes. O Colegiado de Dirigentes – CODIR foi  
16 convocado por meio do Memorando Circular nº 961/2019 – Gabinete do (a) Reitor (a)  
17 /Reitoria/IF Farroupilha, de 04 de dezembro de 2019. A reunião tem início às 8h 30, por  
18 videoconferência, e a Presidente do Colégio de Dirigentes, Carla Jardim, dá as boas vindas  
19 a todos os presentes e informa que o Diretor eleito no *campus* Santo Ângelo, Adilson Ribeiro  
20 Paz Stamberg, está acompanhando a reunião. A posse do novo diretor está marcada para o  
21 dia 30 de dezembro. A seguir, Renata solicita inclusão de pauta sobre como será realizada a  
22 classificação dos servidores para licença capacitação e quais critérios serão utilizados. A  
23 presidente Carla informa que esta matéria será pauta da Pró-Reitoria de Desenvolvimento  
24 Institucional, sendo que a CIS e CPPD foram convidadas para participar. Dando início aos  
25 pontos de pauta da Abertura, Carla Jardim informa que a minuta para regulamentação da  
26 atividade docente, referente à carga horária para o servidor docente que exerce cargo de  
27 gestão/coordenação, está sendo redigida e tão logo esteja concluída será socializada com  
28 todos. Na sequência, informa sobre a aquisição de usinas fotovoltaicas. A SETEC repassou  
29 um recurso significativo para os IFs para desenvolverem esta questão. As ações se deram a  
30 partir do *Campus* Jaguari e o professor Adriano foi representante do IF em um processo  
31 formativo e agora tem replicado esta formação. A liberação do recurso foi para os IFs que  
32 participaram do RDC – metodologia para ranquear os institutos. O IFFar foi o instituto que  
33 mais recebeu recursos. Com o novo recurso será possível instalar as usinas em mais 07



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA  
COLÉGIO DE DIRIGENTES



34 *campi*, com geração de energia solar, propiciando economia de energia em torno de 500 mil  
35 reais. Explicou também de que forma foram definidos quais *campi* receberiam o recurso: foi  
36 utilizada a mesma metodologia aplicada pela SETEC, por meio da plataforma Nilo Peçanha  
37 para realizar o ranqueamento. Com relação a utilizar a usina na Reitoria, Carla Jardim  
38 informa que temos o prédio possui limitação quanto ao telhado. Será verificado para  
39 contemplar os 03 *campi* e a reitoria para que seja possível gerar energia através do sol. Por  
40 fim, colocou a questão do domínio territorial das áreas de Frederico Westphalen e  
41 Uruguaiana, que tanto UFSM quanto UNIPAMPA aceitaram as propostas, sendo que agora  
42 deverá ser realizada a escrituração das áreas para o IFFar. A seguir, a Chefe de Gabinete  
43 Ângela Marinho apresenta a Comissão Permanente de Admissibilidade de Processos -  
44 CPAProcessos. Explica que a comissão desempenha o papel de auxiliar nas mediações de  
45 problemas de éticos, tendo por objetivo analisar e emitir juízo quanto aos requisitos de  
46 admissibilidade em processos, sobre os quais existam dúvidas relativas à instância de  
47 tramitação. A comissão foi constituída por meio da Portaria nº 1.397, de 16 de setembro de  
48 2019, e se reúne 4 vezes ao ano para analisar demandas as quais possa haver dúvidas  
49 sobre o encaminhamento. Ângela agradece o espaço de fala e coloca a comissão à  
50 disposição de todos os dirigentes. Presidente Carla solicita aos dirigentes que se inteirem  
51 dos processos em suas unidades, com vistas a auxiliar na solução das demandas, evitando  
52 que estes processos se transformem em questões éticas e/ou correcionais. Pergunta se há  
53 dúvidas sobre o assunto; não havendo agradece a presença da chefe de gabinete e passa a  
54 palavra para Lisandra Della Flora, do *campus* Frederico Westphalen, para que apresente as  
55 matérias propostas na pauta. Lisandra dá as boas vindas a todos e pontua da necessidade  
56 de contratar de Intérprete de Libras, pois em 2020 terão 4 estudantes surdos em três cursos  
57 diferentes. A seguir, Lisandra coloca que ainda não possuem acesso à RNP. Deste modo,  
58 explica que o percentual do fundo de reserva de TI do *campus* (2,5% do orçamento do  
59 custeio) destinado à RNP, poderia ser utilizado para custear os gastos com a internet.  
60 Propõe que o *campus* Frederico Westphalen seja dispensado de contribuir com o fundo de  
61 reserva de TI, até haver a liberação da RNP na unidade, sendo que o valor seria utilizado  
62 para cobrir os gastos com internet. Presidente Carla pergunta aos dirigentes se há algum  
63 impedimento para esta questão. Não havendo manifestações contrárias, fica acatado que o  
64 *campus* Frederico Westphalen fica dispensado de contribuir com o fundo de reserva de TI,  
65 até haver a liberação da RNP na unidade. A seguir, a Diretora de Gestão de Pessoas,  
66 Priscilla Guedes, coloca que o DPDI que encaminhou memorando consultando sobre a  
67 contratação de Tradutor/Intérprete de Libras. A DGP informou que possui 5 códigos – 2 em



68 JC, 1 em FW, 1 em SR e 1 em SAug. Verlainne informa que cedeu o código para JC.  
69 Presidente Carla pergunta se Rodrigo de JC está com os 03 códigos extraordinários e se  
70 precisará dos três intérpretes para o próximo ano. Rodrigo informa que sim. Presidente  
71 Carla pergunta se no concurso em andamento há vagas para esse cargo. Priscilla responde  
72 que não, pois os nomeados não aceitaram o provimento do cargo. Carla Zappe informa que  
73 precisará de mais um Tradutor de Libras. Rodrigo Carlotto coloca que existe uma  
74 possibilidade de aproveitamento de banco pelo concurso da UNIPAMPA, nos demais não há  
75 essa previsão de aproveitamento. Lisandra informa que em FW há 1 servidor efetivo e que  
76 precisa de outro tradutor. Renata relata que Santa Rosa possui 3 efetivos e mais 1 código  
77 extraordinário. Renata pontua que o *campus* possui vários estudantes que necessitam  
78 deste tipo de atendimento e uma intérprete entrará em licença saúde. Presidente Carla  
79 coloca que, com base nos relatos dos dirigentes, nenhum *campus* poderia ceder alguma das  
80 vagas que possuem. Ainda, da possibilidade de falar com procurador e terceirizar o serviço.  
81 Como encaminhamento, propõe que a Pró-Reitora de Desenvolvimento Institucional, Nídia  
82 Heringer, e a Diretora Priscila conversem com a Procuradoria Federal junto ao IFFar para  
83 alinhar o entendimento sobre a contratação de terceirizados. Caso não seja possível, Carla  
84 irá contatar o MPF para ajuizar uma ação civil pública a qual obrigue a instituição a contratar  
85 esse profissional. Alessandro coloca que a princípio o *campus* Panambi está na expectativa  
86 de que precisarão de um tradutor de Libras. Carla sugere que, a exemplo do *campus*  
87 Frederico Westphalen, o qual formalizou a necessidade do profissional de Libras, solicita  
88 aos demais *campi* que formalizem à DGP, para que de posse desses dados a Diretora  
89 Priscila possa conversar com a Procuradoria Federal. Lisandra pergunta qual critério será  
90 utilizado para definir qual *campus* terá o direito de receber profissional de Libras. Presidente  
91 Carla coloca que referente à distribuição das vagas será verificado, pois muitos dos  
92 profissionais não aceitam ir para *campi* mais distantes. Informa que esta questão será  
93 discutida quando for decido o encaminhamento de contratação dos profissionais de Libras.  
94 Na sequência, Presidente Carla coloca a pauta do *campus* Santo Ângelo, mas como a  
95 transmissão está sem áudio a solicita que a Diretora Rosane grave uma mensagem de voz  
96 para colocar a todos na reunião. A seguir, passa à PROEN, para que o Pró-Reitor de  
97 Ensino, Edison Brito, apresente a pauta. Edison passa a palavra ao Diretor de Assistência  
98 Estudantil, Hermes Uberti, o qual coloca que, na semana passada, foi emitida uma nota  
99 comunicando que haverá mudanças no processo de concessão de auxílios. Explicou sobre  
100 o cadastro único e tutorial para adesão aos auxílios e apresentou o cronograma. Até 17 de  
101 fevereiro, o edital de concessão de auxílios deve estar lançado e, paralelo a isto, foi



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA  
COLÉGIO DE DIRIGENTES



102 realizada articulação com equipe de gestão documental, para que todo o processo possa  
103 ser digital; e no dia 17 de março seria publicada a lista dos pré-selecionados. Essa lista de  
104 pré-selecionados representa o número de auxílios que o *campus* irá conceder. Ficou  
105 acordado que a Pró-Reitoria de Ensino irá receber a documentação e auxiliar os estudantes  
106 no processo de escaneamento dos documentos, enviando um arquivo único. Será  
107 necessário um reforço nas equipes para auxiliar os estudantes nesta etapa. Após, será  
108 realizada a análise documental dos estudantes pré-selecionados. A expectativa com a  
109 redução da quantidade de análises é dar celeridade ao processo, pois no formato atual o  
110 processo é extremamente demorado, sendo que muitos estudantes acabavam evadindo do  
111 instituto por não receber o auxílio em tempo hábil. Ressalta também que esta matéria da  
112 concessão dos auxílios já foi pontuada pela Auditoria. Presidente Carla complementa  
113 relatando que recebe mensagens de vários estudantes que evadem por conta da  
114 morosidade do processo na concessão dos auxílios. Nesse novo formato a perspectiva é  
115 que em início de abril os estudantes possam estar recebendo os auxílios, pois o recurso já  
116 estará empenhado. Coloca a palavra aos dirigentes. Renata pergunta se o restante do  
117 calendário fica a critério dos *campi*. Hermes responde que o restante fica em aberto, para  
118 que cada *campus* possa organizar com a equipe de assistentes sociais, pois dependerá do  
119 número de análises. Também, coloca que, durante o período de análise, poderá haver  
120 alguma inconsistência de documentação. Neste caso, gostaria de verificar com a Pró-  
121 Reitoria de Administração a questão da liquidação. O Pró-Reitor de Administração,  
122 Vanderlei Pettenon, explica que se a liquidação for realizada no mês de abril, o pagamento  
123 ocorrerá somente em maio. Hermes pergunta se há mais alguma dúvida. Renata pergunta  
124 se no mês de abril serão pagos todos os pré-selecionados. Presidente Carla explica que  
125 quem tiver a lista dos pré-selecionados no dia 16 ou 17 de março deve liquidar o recurso da  
126 assistência até dia 20, para que o financeiro possa ser liberado. Após, pelo dia 4 e 5 de abril  
127 deverá haver um mecanismo para confirmar efetivamente quantos e quais alunos podem  
128 receber o benefício. Renata pergunta se caso a assistência estudantil não conseguir validar  
129 os documentos, como proceder. Presidente Carla informa que, neste caso, o benefício não  
130 será pago em abril. Pettenon pontua que, nesse momento, a questão importante é liberar o  
131 financeiro para efetuar o pagamento das bolsas o mais rápido possível, ou seja, liquidar no  
132 mês de março para realizar o pagamento em abril. Caso haja liquidação em abril, será pago  
133 somente no mês de maio. Alessandro relata que recebeu *e-mail* de um aluno de Panambi  
134 perguntando sobre identidade estudantil. Presidente Carla informa que o IFFar não foi  
135 orientado em relação a esta Medida Provisória (MP). Ainda que, após publicação da MP, o



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA  
COLÉGIO DE DIRIGENTES



136 INEP oficiou algumas instituições, mas que o IFFar não foi oficiado. Ademais, que na  
137 semana passada foi expedido um ofício pelo Gabinete solicitando orientações para o  
138 Sistema Educacional Brasileiro - SEB referente à emissão da carteira estudantil. O prazo  
139 previsto pela MP expira em janeiro/2020 e o que está sendo realizado inicialmente é um  
140 processo de cadastramento, mas as carteiras estudantis ainda não estão sendo expedidas.  
141 Edison coloca que este é um processo complexo, pois os dados devem ser lançados  
142 manualmente. Hermes coloca que muitos questionamentos de estudantes chegam ao setor,  
143 sendo que os servidores buscaram informações de forma independente e constataram que  
144 o cadastramento é responsabilidade dos PIs e CRAs. Informa que não é simples o processo,  
145 pois são em torno de 15.000 alunos. Presidente Carla coloca que nossos alunos possuem a  
146 identidade estudantil pelo aplicativo (Orbital). Caso algum discente não tenha conseguido  
147 imprimir podem nos contatar, exceto alunos EAD e Proeja FIC. Alessandro pergunta se a  
148 pós-graduação possui acesso ao sistema. Hermes explica o aplicativo gera a carteira de  
149 todo aluno cadastrado no SIG. A seguir, na pauta, Edison passa palavra para a  
150 Coordenadora de Ações Inclusivas, Fernanda Machado. Fernanda expôs aos dirigentes a  
151 ideia de nomear a sala braille localizada na PROEN com o nome de uma servidora que  
152 faleceu, devido ao trabalho por ela desenvolvido em relação à inclusão. Por este motivo,  
153 houve a ideia de homenagear a sala Braille com o nome de “Sala Braille Bruna Assunção  
154 Medeiros”. Presidente Carla coloca a palavra à disposição e, na sequência, consulta se  
155 alguém é desfavorável. Não houve manifestação contrária. Por unanimidade, foi aprovado  
156 que a sala braille localizada na PROEN tenha o nome da servidora **(EMITIDO PARECER N°  
157 027/CODIR)**. A seguir, Presidente Carla passa a palavra para o Pró-Reitor de Pesquisa,  
158 Pós-Graduação e Inovação, Arthur Frantz, o qual relata sobre evento de inovação. Informa  
159 que, das 15 instituições participantes, foram premiadas as três primeiras. O IFFar não foi  
160 classificado, mas recebeu uma premiação de destaque pelo potencial do trabalho  
161 desenvolvido. Ainda no mês de dezembro será realizada a primeira reunião com os  
162 membros da política de inovação, para dar início aos trabalhos no mês de janeiro. Informa  
163 também que o Programa Dinter está com 25 inscritos para as 24 vagas. Presidente Carla  
164 pergunta se há algum questionamento. Na sequência, pautas da Pró-Reitoria de  
165 Desenvolvimento Institucional. Nídia Heringer passa a palavra para Raquel Goularte para  
166 tratar da temática sobre o Decreto 9.991/2019 - Afastamento Parcial e Licença Capacitação  
167 e pergunta se Carla Kader (CPPD) e Alice Ribeiro (CIS) irão participar da reunião. Rodrigo  
168 Carlotto informa que Alice irá participar. Nídia pergunta para Deivid Oliveira se Carla/CPPD  
169 irá participar, pois Presidente Carla enviou convite para CPPD e CIS. Enquanto aguarda





170 chegada das presidentes CIS e CPPD Nídia passa a palavra à colega Raquel Goulart para  
171 que explique sobre o processo de avaliação docente. Raquel relata que a CPA se reuniu em  
172 03 de dezembro para organizar a rotina do próximo ano. A avaliação docente foi realizada  
173 em conjunto pela CPA e CPPD. A CPA participa da operacionalização, entrega o resultado à  
174 CPPD e informa aos diretores, pró-reitores e reitora sobre os resultados. Renata coloca que  
175 existe uma Instrução Normativa (IN) que regula essas questões e que não tem conhecimento  
176 se a CPPD pode informar aos docentes sobre os resultados da avaliação. Raquel relata que  
177 houve três reuniões para tratar deste assunto: CPA envia resultados para CPPD, pró-  
178 reitorias e reitora. A CPPD irá esclarecer as dúvidas referentes à utilização dos resultados e  
179 para alinhar esse processo houve essa divisão. Para o próximo ano há estudos para que  
180 esse processo seja realizado pelo SIG. Renata pergunta referente à pesquisa 2019/I.  
181 Raquel informa que serão realizadas no mesmo período I e II. Explicou que apenas um  
182 membro da CPA configura os formulários, e por questões pessoais do servidor, ocorreu  
183 atraso. Carla Jardim lembra que existe uma IN que regula as questões de avaliação.  
184 Raquel coloca que, na reunião do dia 03 de dezembro, foi esclarecido sobre todas as  
185 questões sobre avaliação. Renata pergunta sobre resultados da avaliação 2018/II. Raquel  
186 informa que o docente tem de buscar junto à gestão, pois possuem os resultados por meio  
187 de uma planilha. Raquel informa sobre a revisão das constituições dos núcleos; serão  
188 alterados no máximo 50% dos membros, para que na próxima reunião em 4 e 5 de março os  
189 núcleos já estejam constituídos. Carla pergunta se as colegas da CIS e CPPD já estão  
190 presentes. Alice já está presente em JC com Rodrigo e Carla em SVS já está com Professor  
191 Deivid. Presidente Carla coloca que as duas comissões foram consultadas sobre o Decreto  
192 nº 9.991/2019 e que foram convidadas para participar da reunião e informar sobre os  
193 encaminhamentos. Presidente Carla passa palavra para Nídia, quem relata que o decreto  
194 trouxe significativas alterações, pois antes não havia um limitador institucional para  
195 solicitação de licença capacitação. Explica que o decreto inclui o limitador de 2% de  
196 servidores lotados no órgão e também houve alteração na carga horária dos cursos. Relata  
197 que o IFFar observa o limitador de 2% de servidores lotados nas unidades. Paralelo a isso,  
198 foi solicitado à CIS e CPPD para que se manifestassem sobre o que está posto no decreto.  
199 Presidente Carla efetua a leitura do parecer CPPD e CIS. Carla/CPPD entende que a  
200 divisão dos 2% seja feita no órgão, por campus, categorizada pelas carreiras técnico e  
201 docente. Presidente Carla pergunta se a CPPD quer realizar mais alguma colocação  
202 referente à proposta. Carla/CPPD informa que as discussões foram pensadas em conjunto  
203 com representante da CIS. Presidente Carla faz a leitura do parecer da CIS. Menciona que a



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA  
COLÉGIO DE DIRIGENTES



204 CIS havia se manifestado colocando que os 2 % deveria ser por unidade, sem  
205 categorização. Ainda, expõe os critérios propostos pela CIS. Alice/CIS menciona que sobre  
206 a separação por categoria não houve consulta à categoria dos TAEs. Após, Presidente  
207 Carla passa a palavra para Nídia, a qual coloca que considerando a consulta realizada a  
208 CPPD e CIS e, considerando ainda que ambas as comissões manifestaram que o  
209 percentual deveria ser por unidade, solicita ao Colegiado de Dirigentes, para que a partir  
210 dessa orientação da CPPD e CIS elaborem uma minuta de como será organizado esse  
211 regramento para o ano de 2020. Nídia pergunta para Priscilla quanto tempo é necessário  
212 para emitir a normativa. Priscilla informa que iniciará na data de hoje a redação da  
213 normativa. Presidente Carla informa que o limitador deve ser 2% para cada uma das  
214 unidades do IFFar. Pergunta se alguém é contrário. Maurício, de Alegrete, tem um  
215 questionamento referente à limitação de 2%. Coloca que o *campus* Alegrete possui vários  
216 processos de licença capacitação e que, provavelmente, irá ultrapassar o percentual de 2%.  
217 Se o critério fosse pela instituição seria possível que não ultrapassasse a limitação de 2%.  
218 Presidente Carla explica que, ao fazer o regramento, a DGP irá considerar que, após  
219 avaliação do quantitativo por unidade, seja considerado o quantitativo pelo órgão. Priscilla  
220 explica que a DGP fará a compilação das informações; havendo excedente de 2% nas  
221 unidades será utilizado o limite de 2% do órgão, e, extrapolando o limite do órgão serão  
222 utilizados os critérios. Renata coloca que no *campus* Santa Rosa houve uma reunião com  
223 servidores interessados em solicitar o afastamento para capacitação. Priscilla coloca que  
224 esse foi o encaminhamento, realizar o planejamento para solicitar o afastamento. Presidente  
225 Carla explica que depois de compilados os dados do planejamento cada unidade tenha sua  
226 proposição para os afastamentos. Nídia explica que a partir de agora deve haver um prévio  
227 planejamento para as solicitações de licença capacitação e que no final do ano de 2020 será  
228 avaliado novamente. Presidente Carla coloca que a CPPD e CIS possuem entendimentos  
229 diferentes referentes à estratificação por categoria (técnico e docente), pois a CIS não trás  
230 esse elemento. Entende que neste momento deve ser dado este encaminhamento. Renata  
231 coloca que o decreto não traz essa divisão. Presidente Carla refere que o decreto versa  
232 sobre o servidor federal, o qual é dividido em um conjunto de carreiras (técnico e docente),  
233 sendo que os encaminhamentos a instituição pode alinhar. Priscilla coloca que os servidores  
234 devem ser analisados globalmente. Presidente Carla coloca que, caso o servidor não  
235 planeje, não terá o direito de gozar a licença capacitação, mas se houver alguma  
236 desistência poderá ser considerado como aumento do percentual. Presidente Carla  
237 pergunta se a limitação de 2% será estratificada por categoria, ou será tratado por



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA  
COLÉGIO DE DIRIGENTES



238 servidores como um todo. Renata defende que seja único, porque a segmentação poderá  
239 ter impacto no total. Carla/CPD relata que um docente propôs a divisão e irá manter a  
240 decisão tomada em grupo. Alice/CIS relata que nos *campi* a maioria não respondeu; mas a  
241 ideia é manter como um todo. Deivid coloca que essa organização é bem complexa dentro  
242 da unidade, principalmente ao docente. Ainda, possui uma preocupação com os critérios;  
243 propõe registrar a garantia proporcionalidade e caso reste percentual de sobra de alguma  
244 categoria pode ser efetuado o remanejamento. Presidente Carla pergunta se há mais  
245 alguma manifestação. Nídia relata que deverá ser feito um levantamento do ano de ingresso  
246 dos servidores para estabelecer o conjunto de servidores que não gozou o primeiro  
247 quinquênio. Presidente Carla reforça que é necessário definir se haverá estratificação por  
248 categoria (técnico ou docente) ou servidores totais do órgão. Verlaine se posiciona por não  
249 fragmentar as categorias. Pergunta de que forma e quem irá avaliar os cursos, se os  
250 mesmos possuem relação com a formação do servidor. Presidente Carla informa que essa é  
251 outra decisão que teremos de tomar posteriormente. Retoma que neste momento é  
252 necessário definir a questão se a limitação de 2% será por estratificada categoria (técnico ou  
253 docente) ou geral dos servidores no órgão. Neste momento, foi colocado em regime de  
254 votação, não cabendo mais considerações. Proposta I: 2% quantitativo total dos servidores  
255 Proposta II: estratificação por categoria. Por ampla maioria venceu a Proposta I -  
256 quantitativo total dos servidores. Fica definido que os 2% de limitador dos afastamentos será  
257 por unidade e pelo quantitativo total de servidores de cada unidade, seguido do global no  
258 instituto. Presidente Carla interrompe a reunião às 12 horas e o retorno será às 13h e 30min.  
259 Retorno às 14h e 40min. Presidente Carla retoma a reunião. Presidente Carla coloca que  
260 após os dois primeiros critérios, caso ultrapasse o limite de 2% nos *campus* e no órgão,  
261 havendo limite no teto de 2% por unidade, que este possa ser distribuído no âmbito do  
262 IFFar. Alessandro pergunta quais critérios serão utilizados para essa redistribuição.  
263 Presidente Carla coloca que os critérios serão definidos a seguir. Verlaine tem dúvida caso  
264 não utilize os 2% em cada unidade, não tem clareza para tomar essa decisão, pois caso  
265 surja um pedido fora do planejamento se é possível considerar. Presidente Carla relata que  
266 o Decreto é claro: os afastamentos somente podem ser autorizados se estiverem dispostos  
267 no PDP. No momento do planejamento o servidor informa o tempo que irá gozar de licença.  
268 Presidente Carla pergunta se há alguma outra consideração. Colocado em regime de  
269 votação: havendo limite no teto de 2% em alguma unidade do IFFar será possível que outra  
270 unidade ocupe esse limite, mesmo extrapolando os seus 2%, contanto que não extrapole os  
271 2% do IFFar. Não houve manifestações contrárias. Rosane Pagno, *Campus* Santo Ângelo,





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA  
COLÉGIO DE DIRIGENTES



272 pergunta qual prazo para envio do plano de capacitação. Presidente Carla informa que na  
273 sequência Priscilla e Cristiane irão explicar. Em votação, não houve abstenções.  
274 APROVADO: havendo limite no teto de 2% em alguma unidade do IFFar será possível que  
275 outra unidade ocupe esse limite, mesmo extrapolando os seus 2%, contanto que não  
276 extrapole os 2% do IFFar. Presidente Carla informa que todos os servidores que  
277 programarem terão direito ao gozo da licença. Poderá ocorrer em alguns meses que o  
278 somatório extrapole o percentual e nesse caso serão necessários critérios. Um dos critérios  
279 seria o servidor o qual está há mais tempo com o direito adquirido da licença capacitação  
280 parece o critério mais adequado. Presidente Carla pergunta se alguém se opõe. Priscilla  
281 coloca quanto ao tempo: quinquênio vencido e está com 09 anos de serviço público, esse  
282 servidor seria o primeiro a usufruir. Presidente Carla releu os critérios da CIS e CPPD.  
283 Presidente Carla sugere que tenhamos três critérios por segurança. Professor Alessandro  
284 coloca que alguns servidores tem possibilidade de se afastar naquele momento e em outros  
285 não por conta da necessidade de serviço. Presidente Carla explica que, no art. 29 do  
286 Decreto, a chefia imediata irá avaliar o pedido de afastamento. Rosane encaminhou duas  
287 questões: sobre os colegas que estão em processo Dinter. Presidente Carla explica que  
288 Dinter não é afastamento integral; possui regras próprias e o servidor permanece em  
289 serviço. Rosane pergunta se todos os servidores receberam formulário para manifestação  
290 sobre o afastamento. Priscilla colocou que há 20 dias foi organizado um questionário.  
291 Presidente Carla coloca em regime de votação: primeiro critério: extrapolando os 2% no  
292 *campus*, após no órgão, quem irá gozar a licença será o servidor que possui mais tempo de  
293 direito adquirido da licença. Aprovado por unanimidade o primeiro critério proposto pela  
294 CPPD e CIS. Presidente Carla coloca que para o segundo critério não há similaridade entre  
295 CIS e CPPD. Explica que o tempo de serviço parece ser o segundo critério. Priscilla coloca:  
296 refere ao tempo na instituição ou na unidade. Carlos Socal defende efetivo serviço no  
297 *campus*. Presidente Carla pergunta se alguém tem outra proposta. Deivid acompanha Socal  
298 e Priscilla. Presidente Carla relata que para o *campus* SA não foi encaminhado o formulário  
299 como nas outras unidades. Maurício sugere como primeiro critério: tempo de serviço no  
300 *campus*; segundo critério: tempo de exercício na unidade; como terceiro critério. Presidente  
301 Carla sugere o sorteio. Renata incluiria o tempo de serviço na instituição. Presidente Carla  
302 coloca como quarto critério o sorteio. Em regime de votação: primeiro critério: extrapolando  
303 os 2% no *campus*, após no órgão, quem irá gozar a licença será o servidor que possui mais  
304 tempo de direito adquirido da licença; segundo critério: tempo de serviço na unidade;  
305 terceiro critério: tempo de exercício no IFFar; quarto critério: sorteio. Presidente Carla coloca



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA  
COLÉGIO DE DIRIGENTES



306 em votação. Aprovados os critérios por UNANIMIDADE. Presidente Carla passa para  
307 próxima questão: quem irá analisar os cursos. Procedeu com a leitura do Decreto, citando a  
308 parte referente delegação e de quem avalia. Explica que o chefe não avalia a relevância do  
309 curso que está sendo solicitado. A chefia irá avaliar se há compatibilidade do que foi  
310 solicitado com a força de trabalho. Relata que a unidade de gestão de pessoas é quem irá  
311 avaliar a relevância e os requisitos. Presidente Carla coloca uma sugestão: as instâncias  
312 que devem analisar a relevância do pedido entende que deva ser a Coordenação de Gestão  
313 de Pessoas, ouvida, ainda, a CPPD e a CIS. Verlaine entende a importância o  
314 compartilhamento com a CIS e CPPD, mas tem receio por conta da jornada flexibilizada.  
315 Pensa que as comissões devam ser instruídas de que forma realizar essa análise.  
316 Presidente Carla entende a preocupação e sugere que a DGP em conjunto com a CIS e  
317 CPPD construam uma ferramenta para padronizar a análise, sendo devidamente  
318 capacitadas para esta atividade. Lembra que o decreto confere à unidade da gestão de  
319 pessoas a validação do pedido. Pergunta se há mais alguma dúvida. Professora Renata  
320 pergunta referente o critério: “direito adquirido há mais tempo”. Servidor usufruiu 1 mês  
321 apenas, restando dois meses ainda para usufruir, se permanece o critério de mais tempo.  
322 Presidente Carla explica que o direito adquirido é permanente; isto deve estar escrito para  
323 ficar claro. Colocado em regime de votação: CPPD e CIS como instância consultiva para  
324 análise da relevância da ação de capacitação. Não houve manifestações em contrário.  
325 Aprovado por UNANIMIDADE. Na sequência Presidente Carla coloca referente ao  
326 cronograma. Priscilla informa que antes do recesso de final de ano a DGP terá o desenho  
327 de quantos servidores solicitaram a licença. Presidente Carla informa que até dia 17/12 a  
328 DGP socializará a minuta do documento com DGs, CIS e CPPD. Professora Renata  
329 pergunta se haverá outras possibilidades de critérios. Presidente Carla informa que não  
330 haverá outras possibilidades. O que será realizado é a análise da minuta e não o que já foi  
331 decidido em votação. Presidente Carla coloca que no dia 20/12 haverá reunião  
332 extraordinária do CODIR, às 8h e 30 min, com pauta exclusiva para os afastamentos de  
333 licença capacitação. Verlaine informa que não poderá participar, mas o substituto irá trazer  
334 as contribuições. O próximo ponto de pauta trata do afastamento parcial. Nídia informa que  
335 houve a revogação da nota técnica que permitia trabalhar a metodologia de afastamento  
336 parcial. Relata que hoje o IFFar possui 89 servidores em afastamentos parciais, sendo que  
337 estão suspensas novas concessões. Coloca que se tem a ideia de elaborar uma minuta  
338 contemplando uma proposta de programa, a qual permita que o IFFar possa dar  
339 continuidade a essa metodologia. Presidente Carla relata que a Procuradoria emitiu parecer



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA  
COLÉGIO DE DIRIGENTES



340 colocando que esse novo regramento não permite apenas uma mera alteração de nome.  
341 Entende que ação de desenvolvimento em serviço está caracterizada quando o servidor  
342 estiver participando em programa ofertado, promovido ou apoiado pela instituição. Com  
343 base nesse parecer estão garantidos os afastamentos necessários para os programas  
344 ProfEPT, Dinter e Instituto Politécnico do Porto/Portugal. Para os demais casos, será  
345 necessário tempo para construção de um programa profissional. Neste momento, por força  
346 do decreto, mantém-se suspenso novos pedidos de afastamentos parciais para o próximo  
347 semestre, exceto os programas citados anteriormente e para aqueles servidores que já  
348 estão em afastamento. Nídia informa sobre as nomeações de docentes: 18 provimentos  
349 foram autorizados. Foram publicados 10 e outros 8 estão em andamento. Verlaine coloca  
350 que tem tentado agilizar o trabalho junto a CGP, mas em alguns *campi* não tramitam os  
351 processos e não possui a informação do motivo. Relata que, em Santo Augusto, existem  
352 dois processos complexos e que não tem ideia do motivo. Presidente Carla coloca que não  
353 existem processos parados. Explica que as questões de andamento dos processos não  
354 estão vinculadas a pouco empenho. Existem fatores de outra natureza, pois depende de um  
355 coletivo, o qual é mais moroso do que o individual. Nídia relata que a DGP tem a lista  
356 completa e não há nenhuma situação que dependa de algum gestor, a não ser a  
357 manifestação do candidato. Ainda, coloca que duas unidades querem fazer provimento, mas  
358 não há escopo. Na sequência, a pauta segue com a DPDI. Gustavo Hennig irá relatar sobre  
359 o Plano de Ação 2020, Relatório de Gestão e Plataforma Nilo Peçanha. Referente ao Plano  
360 de Ação 2020, relata que definição dos valores para cada unidade alterou em virtude do  
361 valor contingenciado. DPDI emitiu um parecer com dois apontamentos, sendo que o valor  
362 global da instituição foi respeitado. Contudo, houve duas inconsistências em JC e PB.  
363 Presidente Carla coloca que esta questão é apenas informativa, pois a matéria será pauta  
364 CONSUP no dia de amanhã. A seguir, Gustavo relata sobre o relatório de gestão. Informa  
365 que foi emitida uma nova normativa que estabelece quais os órgãos devem prestar contas e  
366 define o prazo. A novidade é o prazo previsto para entrega do relatório: 31 de maio de 2020.  
367 Relata que mesmo não havendo metodologia definida, a ideia é iniciar o trabalho com os  
368 dados disponíveis. Nídia informa que esta matéria será pauta do Comitê Assessor de  
369 Planejamento e Desenvolvimento Institucional (CADIP) de sexta-feira. Referente à  
370 plataforma Nilo Peçanha relata que este ano foi aberto um período de capacitação para  
371 quem atua diretamente no sistema. Informa que se algum colega do *campus* não acessou a  
372 plataforma que ainda pode fazê-lo, pois isso irá possibilitar ajustes anteriores à consolidação  
373 dos dados. Na sequência será emitido um primeiro relatório, para após gerar o período de



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA  
COLÉGIO DE DIRIGENTES



374 ajuste. Gustavo informa que encaminhará material por *e-mail* com cronograma. A seguir,  
375 Presidente Carla passa para pauta da Pró-Reitoria de Administração. Pettenon coloca que a  
376 partir de 2020 não poderá haver nenhuma contratação a qual não esteja elencada no Plano  
377 de Contratações, sendo que existe a possibilidade de ajustes após aprovação da LOA (15  
378 dias para ajuste). Cita outro ponto relacionado a restos a pagar. Informa que o procedimento  
379 foi alterado, sendo definido que não há mais possibilidade de restos a pagar do ano  
380 subsequente; a partir de 2019 não está mais vigente. O governo bloqueou os restos a pagar  
381 dos anos de 2016 e 2017 e 2018 para os quais não houve algum tipo de liquidação e  
382 deverão ser cancelados até 31 de dezembro deste ano. Coloca que para os empenhos de  
383 2018, se possível não reinscrever em restos a pagar. Ressalta que é muito importante que  
384 os dirigentes monitorem e também abram período de acompanhamento das metas da LOA.  
385 Informa que até final de semana terão o memorando com a solicitação de entrega dos  
386 dados. Referente às usinas fotovoltaicas informa que a SETEC repassou um recurso  
387 significativo para os IFs para desenvolverem esta questão. As ações se deram a partir do  
388 *Campus* Jaguari e o Professor Adriano foi representante do IF em um processo formativo e  
389 agora tem replicado esta formação. A liberação do recurso foi para os IFs que participaram  
390 do RDC – metodologia para ranquear os institutos. O IFFar foi o instituto que mais recebeu  
391 recursos. Com o novo recurso será possível instalar as usinas em mais 7 *campi*, com  
392 geração de energia solar, propiciando economia de energia em torno de 500 mil reais.  
393 Explicou também de que forma foram definidos quais *campi* receberiam o recurso: foi  
394 utilizada a mesma metodologia aplicada pela SETEC, por meio da plataforma Nilo Peçanha  
395 para realizar o ranqueamento. A ideia é que a Reitoria também possa utilizar os recursos da  
396 usina. Presidente Carla pergunta se há alguma dúvida. Quanto à instalação das usinas  
397 informa que ainda não tem previsão de instalação, mas deve ser primeiro trimestre do  
398 próximo ano. Renata pergunta quais *campi* foram contemplados. Presidente Carla esclarece  
399 que exceto FW, SAU e URU não receberão as usinas nesse momento. Pettenon coloca que  
400 a meta é para próximo ano é que todas as unidades tenham as usinas instaladas. Professor  
401 Alessandro pergunta quem tem a descrição dos módulos. Presidente Carla disse que Santa  
402 Rosa possui as descrições e solicitou para Renata enviar a todos. Lisandra pergunta  
403 referente à questão do internato dos estudantes, se foi analisado nos critérios. Presidente  
404 Carla explica que não foram criados critérios, apenas foi replicada a metodologia da SETEC,  
405 pois não havia tempo hábil. Após, a Pró-Reitora de Extensão, Raquel Lunardi, apresenta  
406 Instrução Normativa - IN referente às Incubadoras Sociais. Explica que há perspectiva de  
407 haver uma incubadora social em Alegrete. Pergunta se algum dos conselheiros tem



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA  
COLÉGIO DE DIRIGENTES



408 sugestões sobre o documento. Rafaela Vendruscolo relata que há uma marca – ISIFFar. A  
409 partir da IN daremos início às incubadoras sociais, inicialmente no *campus* Alegrete e no  
410 próximo ano serão realizadas visitas nos *campi* do IFFar. Raquel relata sobre o  
411 licenciamento ambiental; as guias estão sendo pagas. Conforme Ana Carla dos Santos  
412 Gomes, da PROEX, os registros estão todos protocolados na FEPAM; alguns *campi* estão  
413 aguardando as taxas. Pettenon coloca que as unidades de SVS e AL são as que possuem  
414 as taxas mais elevadas da FEPAM. Professor Alessandro pergunta sobre os projetos.  
415 Presidente Carla informa que os *campi* irão receber com a devida informação das licenças.  
416 Alessandro pede urgência no envio da cópia digital. Presidente Carla solicita para que  
417 realizem contato com PROEX. Renata pergunta se a empresa fará acompanhamento junto  
418 ao órgão ambiental. Presidente Carla explica que a empresa acompanha até a licença ser  
419 expedida pelos órgãos ambientais. Raquel pontua que ainda há muito uso de papel.  
420 Percebe a necessidade de uma campanha para uso consciente do material impresso.  
421 Renata coloca que a partir do controle e mapeamento deverá apresentar um melhor  
422 resultado. Maurício também utiliza um sistema para realizar esse monitoramento. Na  
423 sequência, Raquel apresentou minuta do Núcleo de Educação e Gestão Ambiental (NEGA).  
424 Ana Carla coloca que a minuta foi ajustada conforme alterações propostas na reunião  
425 anterior do CODIR. Presidente Carla pergunta há dúvidas ou sugestões. Não houve  
426 considerações. Colocada em votação a minuta do Núcleo de Educação e Gestão Ambiental  
427 (NEGA), depois de realizadas as adequações. Não houve manifestações. Aprovada por  
428 unanimidade a minuta do Regulamento do Núcleo de Educação e Gestão Ambiental  
429 (NEGA). **(EMITIDO PARECER N° 028/CODIR)**. Alessandro coloca referente às impressões  
430 de diários e planos de ensino. Ainda, por orientação da PROEN, esses documentos devem  
431 ser impressos. O mesmo ocorre com os processos eletrônicos: a solicitação continua sendo  
432 por formulário: imprimir, assinar e escanear. Coloca que este fluxo está contrário ao que é  
433 permeado pela gestão ambiental. Também coloca que alguns processos não são possíveis  
434 o envio por meio digital, pois o sistema que não atende essas questões. Edison explica  
435 sobre diários e planos de ensino. Ainda faz-se necessária a impressão, pois não há garantia  
436 da inviolabilidade dos documentos para colocar em formato digital. Presidente Carla informa  
437 que existe um sistema disponibilizado para testes, inicialmente memorando, e  
438 posteriormente processo digital. Renata pergunta referente à incubadora social, se haverá  
439 suporte de infraestrutura, pois hoje a incubadora tecnológica está vinculada ao NIT.  
440 Professora Raquel relata que está sendo discutido junto ao NIT sobre essa estrutura.  
441 Rafaela Vendruscolo, da Coordenação de Programas Sociais/PROEX, relata que a questão





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA  
COLÉGIO DE DIRIGENTES



442 da estrutura física não será dentro da instituição, pois grande parte dos trabalhos será  
443 realizado junto à comunidade. Raquel coloca que é uma IN, um piloto e serão realizados  
444 testes para dar segmento. Professora Raquel coloca a proposta do IF comunidade, pois as  
445 unidades desenvolvem projetos de inserção da comunidade dentro dos *campi*. A ideia seria  
446 pensar em uma proposta única, uma marca – IFcomunidade, para que em 2021 faça parte  
447 do calendário acadêmico. Presidente Carla coloca que é necessário adequar uma proposta  
448 única e que todos possam trazer as ideias para o próximo ano. Raquel relembra que os  
449 editais estão abertos até 28 de fevereiro. Na sequência, a Presidente Carla coloca a Ata nº  
450 011/2019/CODIR em votação. Pergunta se algum dirigente deseja realizar alguma alteração  
451 ou supressão. Não houve manifestações contrárias, sendo aprovada por unanimidade. Na  
452 sequência, Rosane retoma a IN 04, por áudio. Explica a dificuldade de organização com os  
453 docentes: para CD's 05 horas e FG's e FCC's 08 horas. Solicita a possibilidade de uma  
454 flexibilização da limitação de carga horária. Presidente Carla coloca que essa normativa  
455 ocorreu pela necessidade de regulamentação do exercício conjunto das atividades docentes  
456 e de gestão, considerando que o docente possa ter uma carga horária junto ao ensino, bem  
457 como garantir o mínimo necessário de tempo para atuação nas atividades de gestão.  
458 Ressalta que o documento é uma instrução normativa e que pode ser alterada a qualquer  
459 momento, com a devida motivação. Presidente Carla sugere que o *campus* formalize a  
460 questão, demonstrando as motivações e razões. Havendo o reconhecimento da  
461 necessidade de alteração pode-se proceder com a mudança dentro da razoabilidade. Como  
462 último ponto da reunião, Presidente Carla apresenta proposta do calendário para as  
463 próximas reuniões do CODIR. Não houve manifestações. No mês de junho a data da  
464 reunião deve ser adequada para 09/06. Nada mais havendo a tratar, a Reitora, Carla  
465 Comerlato Jardim, agradeceu a participação e deu por encerrada a reunião às dezessete  
466 horas, e a servidora Rita Berni lavrou esta ata, que será assinada pelos presentes.

467  
468 Santa Maria, 10 de dezembro de 2019.

469  
470  
471

472 Carla Comerlato Jardim  
473 Presidente do Colégio de Dirigentes  
474  
475